

Chamada de Propostas para o VIII Fórum da Internet no Brasil

Título do workshop

Criptografia, Regulação e Direitos Humanos

Formato do workshop

mesa_redonda

Outro**Este workshop é proposto pela entidade a qual faço parte?**

sim

Estado do/a proponente

pernambuco

Estado do/a co-proponente**Setor do/a co-proponente****Descreva abaixo os objetivos do workshop e os conteúdos que serão discutidos**

Pretende-se encarar as nuances deste problema, levando em consideração os diversos pontos de vista representados pelo/as debatedores/as. Da forma em que debate será colocado, estimulado por provocações do mediador, respostas serão postas em confronto, estimulando uma troca franca entre os/as participantes. A representação do Ministério Público Federal carrega o objetivo de engatilhar o debate, levantando necessárias perguntas e procurando respostas fundamentais à problemática da criptografia. Objetivamos que as colocações do Estado estimulem a contextualização também para o público. Igualmente, as colocações do setor acadêmico, trazendo uma perspectiva mais objetiva, também provocarão respostas e posicionamentos do Estado. Neste ínterim, o terceiro setor e o setor empresarial são peças fundamentais, pois possuem demandas que oferecem novas demandas setoriais a um tema aparentemente polarizado entre governos e cientistas da computação. Nesse sentido, o objetivo específico é promover um amplo debate sobre as possibilidades de acessar excepcionalmente uma comunicação encriptada ponta a ponta, bem como suas repercussões sociais e políticas. Em sentido geral, pretende-se tentar imaginar a internet sem a criptografia, quais seriam os desafios nesse cenário, majorando a importância da existência da criptografia para o desenvolvimento de novas tecnologias e para a segurança online. Além disso, quais as possibilidades de regulação e a importância deste fato para o ecossistema da Governança da Internet. Assim, os desafios são concretos: como garantir a investigação criminal, como querem as autoridades, se a criptografia garante o sigilo e a segurança aparentemente irrestrita das comunicações? Existe a necessidade de uma regulação dessa tecnologia? Caso exista, como se daria essa regulação? O que é importante garantir para que a tecnologia não perca suas características?

Forneça uma justificativa sobre a relevância do tema para a Governança da Internet

A problemática da segurança das comunicações eletrônicas vem tomando espaço no debate público, já que envolve, de forma crescente, parcela majoritária da sociedade. A criptografia, técnica mais disseminada de segurança neste cenário, vem contribuindo com contornos humanitários e sociais à própria matemática, conferindo nova dimensão, sobretudo, ao que entendemos por direitos humanos, mostrando-se um tópico-chave nas recentes discussões sobre Governança da Internet. Nesse sentido, a criptografia se torna uma poderosa ferramenta na defesa e garantia de direitos humanos como direito à privacidade e direito à liberdade de expressão, presentes no Princípio nº 1 do Decálogo do CGI.br. Ocorre que situações como as vivenciadas no Brasil, após as ordens judiciais de bloqueio do aplicativo Whatsapp, abrem o debate acerca do uso de ferramentas que se utilizam de criptografia. Nos Estados Unidos, os chefes da segurança pública vêm se posicionando publicamente pela flexibilização da técnica, levantando sérias questões sobre a garantia de direitos e repercutindo no cenário internacional. No Brasil, percebe-se o mesmo movimento, partindo de demandas da Polícia Federal e Civil, além do Ministério Público, em casos de investigações criminais. As manifestações governamentais internas do país cobrem com os discursos de outros estados nacionais que buscam pelo enfraquecimento dos métodos de encriptação. Comunidades de cientistas da computação e de juristas e ativistas se manifestam em favor da privacidade e do sigilo, afastando as propostas dos Estados. A discussão chegou ao STF, através de audiência pública, para tratar das questões envolvidas no tema. Foram ouvidos representantes de todos os setores interessados no debate e as futuras decisões irão repercutir verticalmente nos julgados que estão por vir. Ou seja, a ausência de pacificação sobre a questão e a diversidade de opiniões gera, atualmente, insegurança jurídica e põe em xeque direitos fundamentais

Descreva como você pretende estruturar a participação das/os palestrantes no workshop

O workshop terá formato de mesa redonda, aproveitando as diferentes perspectivas dos participantes sobre o assunto proposto para promover uma troca ampla e franca, juntamente à participação do público. A mediação fará uma introdução de no máximo 5 minutos sobre o tema proposto. Em seguida, o debate será guiado por perguntas/provoações previamente estabelecidas e suscitadas oportunamente pelo mediador, estimulando rodadas de respostas. Cada debatedor/a terá entre 5 e 7 minutos por rodada, tornando o formato dinâmico. A etapa de rodadas de respostas durará cerca de 45 e 55 minutos, suficiente para iniciar um debate multissetorial.

O restante será reservado à participação do público, tanto presencial quando remotamente, estimulado também o formato de rodadas de respostas aos/as debatedores/as.

Descreva de que forma você espera envolver a audiência presencial e remota

Para fomentar a participação da audiência presente e remota, propõe-se: (i) utilização das redes sociais do IP.rec, CGI.br e NIC.br para divulgar o workshop, antes e durante a sua realização; (ii) disponibilização prévia de material de apoio, permitindo a interação da audiência por meio de comentários; (iii) convite aberto a toda a audiência, presencial e remota, a integrar a campanha em outras regiões; (iv) a audiência, presencial e remota - neste caso, por meio das redes sociais - poderá interagir e participar das discussões, mediante a realização de comentários, formulação de perguntas e depoimentos dirigidos ao público e aos/às debatedores/as.

Descreva os resultados pretendidos com a realização deste workshop

Espera-se que o debate funcione como elemento catalisador das discussões sobre criptografia e privacidade no Brasil, de modo a incentivar a realização de pesquisas na área, bem como fomentar o diálogo e a troca de experiências entre pesquisadores (as) e profissionais. Propõe-se como resultado o fomento à articulação de uma rede nacional de pesquisa sobre o tema, a qual toda a audiência do evento, presencial ou remota, será convidada a integrar. Dessa maneira, pretende-se dar continuidade às discussões iniciadas no debate por meio virtual e presencial, constituindo um espaço permanente de diálogo, articulados pelo IP.rec e por outras instituições da sociedade civil. Além disso, o relatório do debate será divulgado amplamente, servindo de apoio à pesquisa, estudos, consultas e, principalmente, formulação de políticas públicas.

Relação com os Princípios para a Governança e Uso da Internet no Brasil

Liberdade Privacidade e Direitos Humanos

Relação com os outros temas

Cibersegurança Confiança e Privacidade

Relação com os outros temas

Questões legais e regulatórias

Relação com os outros temas

Ataques cibernéticos

Outro

Liberdade de Expressão e Associação

Estado do/a palestrante do setor governamental

sp

Estado do/a palestrante do setor empresarial

sp

Estado do/a palestrante do terceiro setor

sp

Estado do/a palestrante da comunidade científica e tecnológica

sp

Estado do/a moderador

pernambuco

Estado do/a relator/a

pernambuco
